

## Índices de produtividade

## Números da discórdia

**T**ODAS AS vezes em que se fala em mexer na estrutura fundiária brasileira as posições apaixonadas afloram. *Agroanalysis* mostra nesta matéria opiniões divergentes e traz ao leitor uma análise técnica do assunto.

A polêmica começou há cerca de um mês, no dia 17 de agosto, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) montou um acampamento nas proximidades do Estádio Mané Garrincha, em Brasília, com mais de 3.000 manifestantes. Depois de uma semana de negociações com as lideranças dos sem-terra, os ministros Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e Luiz Dulci (Secretaria-Geral da Presidência da República), aproveitando as férias de seu colega Reinhold Sthepanes (Agricul-

tura), decidiram desengavetar a portaria que trata da atualização dos índices de produtividade da terra para efeito de reforma agrária. No dia seguinte, durante um encontro com a Coordenação Nacional do MST, Cassel anunciou que o presidente Lula assinaria em 15 dias a portaria, o que provocou uma forte reação das lideranças rurais.

Pela proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), os índices que servem de parâmetro para classificar se uma propriedade é produtiva ou improdutiva devem ser atualizados com base na Produção Agrícola Municipal (PAM), levantada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por microrregião geográfica, a partir da medida de produtividade entre 1996 e 2007.

A Lei 8.629/93, em seu Artigo 6º, considera propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente. Ocorre que os índices usados hoje foram fixados em 1980, com base no Censo Agropecuário de 1975, e desde então ficaram “congelados”, à espera de um novo censo do IBGE.

“Vamos olhar cultura por cultura, região por região. Os índices estão sendo reajustados de uma forma bastante tranquila. Não vamos criar nenhum problema para quem se preocupa em produzir”, afirmou o ministro Cassel, tentando apaziguar os ânimos.

Ele destacou que em diversas regiões devem permanecer os índices vigentes. No caso da soja, pela proposta apresentada pelo MDA, 66% dos municípios mantêm os índices atuais, 27% terão índices menores ou iguais à média histórica e 7% terão índice superior. No milho, a maior parte dos municípios (57%) manterá os índices atuais ou passará a adotar índices inferiores à média histórica, sendo que 12% terão índices superiores. Na cana, 88% mantêm os índices

## Novo índice pode causar danos ambientais

Pesquisa apresentada durante a Expointer pela Federação Estadual de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Sul (Fepagro-RS) indica que a revisão dos índices de produtividade pode causar sérios problemas socioambientais na região de Bagé, região de pecuária.

O estudo mediu a capacidade do pasto na região para receber o gado. “Avaliamos a capacidade de suporte da pastagem nativa, que é a base da alimentação do nosso rebanho, e chegamos à conclusão de que existe diferença entre as diversas estações do ano. Há variação de 0,3 unidade de gado por hectare no inverno até 0,6 na primavera. A média anual é 0,6 unidade de animais”, diz a pesquisadora Zélia Maria de Souza Castilhos.

Para ela, o índice deveria ser mais baixo porque os animais vão ganhar mais peso e vão ser abatidos mais cedo, além de ter um maior número de espécies, se comparado aos animais criados em áreas com um alto índice de lotação.

A pesquisadora diz que índice de lotação não é critério para pro-

ductividade. “O critério de produtividade é a produção por área. Caso contrário, teríamos que contar o número de plantas de milho em uma lavoura para considerar como índice de produtividade, e não a produção de milho por hectare”, diz Zélia.

Segundo ela, animais da mesma idade criados de forma diferente têm muita diferença entre si. Assim, aquele manejado com índice de lotação de 0,6 unidade tem mais disponibilidade de pastagem, maior número de espécies e engorda mais. Já o gado manejado com alto índice de lotação, com uma média de 1 unidade por hectare, fica mais magro e acaba tornando o campo com o solo descoberto, propenso à erosão e com menor número de espécies nativas.

“Não vamos conquistar mercado com esse alto índice de lotação, que está degradando a paisagem nativa dos pampas. O governo está propondo para a região de Bagé um índice de 0,95 unidade de animal por hectare e, para Pelotas, 1,15 unidade”, diz Zélia.

vigentes e 3% terão índices maiores que a média histórica.

Tome-se o exemplo de Sorriso, um dos maiores produtores de soja de Mato Grosso. Lá, pela proposta apresentada pelo MDA, o índice de produtividade passaria de 1.200 quilos por hectare para 2.400 quilos por hectare. Na safra 2006/2007, o rendimento da soja naquela região foi de 3.062 quilos por hectare. Outro exemplo lembrado pelo MDA é o da uva em Bento Gonçalves (RS), onde o índice aumentaria dos atuais 12.000 quilos por hectare para 13.303 quilos por hectare, quando o rendimento da safra 2006/2007 foi de 15.000 quilos.

“Os novos índices são confortáveis para quem produz na média”, tranquiliza o ministro do Desenvolvimento Agrário. O MDA distribuiu tabelas que mostram os atuais índices e os propostos. “Temos que encontrar índices mais adequados para medir a produtividade. Essa discussão deve ser técnica e não ideológica”, rebateu o ministro Reinhold Stephanes, da Agricultura, que segundo assessores próximos estaria disposto até a deixar o cargo, caso o presidente Lula assine a portaria proposta pelo MDA.

Embora admita que os índices de produtividade estejam desatualizados, o ministro Stephanes considera o momento inoportuno para qualquer tipo de mudança nessa área. O argumento do ministro é de que a crise mundial restringiu mercados e provocou queda dos preços agrícolas, e, portanto, não há como o governo exigir dos agricultores aumentos na produtividade de suas lavouras.

“Não dá para produzir em índices elevados quando não há mercado nem preço”, diz o ministro. Além disto, há uma questão política emblemática neste tema, devido à pressão dos movimentos dos sem-terra e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Contag)”, acrescenta Stephanes.

Durante audiência pública realizada no início deste mês na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado, o ministro propôs uma nova metodologia para a atualização dos índices. “Os

### Relação entre os índices atuais e os propostos (kg/ha)

| Cultura            | Município               | Índice atual | Índice proposto | Variação (%) |
|--------------------|-------------------------|--------------|-----------------|--------------|
| Algodão arbóreo    | Patos – PB              | 200          | 200             | 0            |
| Algodão herbáceo   | São Desidério – BA      | 300          | 600             | 100          |
| Arroz de sequeiro  | Lagoa da Confusão – TO  | 900          | 1.445           | 61           |
| Arroz irrigado     | Uruguaiana – RS         | 3.400        | 5.612           | 65           |
| Cacau              | Ibirataia – BA          | 700          | 300             | -57          |
| Café (beneficiado) | Patrocínio – MG         | -            | 1.000           | -            |
| Cana-de-açúcar     | Morro Agudo – SP        | 70.000       | 79.852          | 14           |
| Feijão             | Unaí – MG               | 300          | 600             | 100          |
| Laranja            | Aguaí – SP              | 12.800       | 25.600          | 100          |
| Mamona             | Cafarnaum – BA          | 600          | 600             | 0            |
| Mandioca           | Ipixuna do Pará – PA    | 7.000        | 12.200          | 74           |
| Milho              | Lucas do Rio Verde – MT | 1.300        | 2.600           | 100          |
| Soja               | Sorriso – MT            | 1.200        | 2.400           | 100          |
| Tomate             | Cristalina – GO         | 20.000       | 40.000          | 100          |
| Trigo              | Tibagi – PR             | 1.000        | 1.843           | 84           |
| Uva                | Bento Gonçalves – RS    | 12.000       | 13.303          | 11           |

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

### Relação entre os índices propostos e a produtividade da safra 2006/07 (kg/ha)

| Cultura            | Município               | Rendimento na safra 2006/2007 | Índice proposto | Variação (%) |
|--------------------|-------------------------|-------------------------------|-----------------|--------------|
| Algodão arbóreo    | Patos – PB              | 1.000                         | 200             | -80          |
| Algodão herbáceo   | São Desidério – BA      | 3.975                         | 600             | -85          |
| Arroz de sequeiro  | Lagoa da Confusão – TO  | 3.900                         | 1.445           | -63          |
| Arroz irrigado     | Uruguaiana – RS         | 8.321                         | 5.612           | -33          |
| Cacau              | Ibirataia – BA          | 540                           | 300             | -44          |
| Café (beneficiado) | Patrocínio – MG         | 1.140                         | 1.000           | -12          |
| Cana-de-açúcar     | Morro Agudo – SP        | 90.474                        | 79.852          | -12          |
| Feijão             | Unaí – MG               | 2.429                         | 600             | -75          |
| Laranja            | Aguaí – SP              | 35.000                        | 25.600          | -27          |
| Mamona             | Cafarnaum – BA          | 600                           | 600             | 0            |
| Mandioca           | Ipixuna do Pará – PA    | 18.000                        | 12.200          | -32          |
| Milho              | Lucas do Rio Verde – MT | 4.051                         | 2.600           | -36          |
| Soja               | Sorriso – MT            | 3.062                         | 2.400           | -22          |
| Tomate             | Cristalina – GO         | 90.000                        | 40.000          | -56          |
| Trigo              | Tibagi – PR             | 2.232                         | 1.843           | -17          |
| Uva                | Bento Gonçalves – RS    | 15.000                        | 13.303          | -11          |

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

### Índices propostos para a pecuária

| Município          | Índice atual (UA/ha) | Índice proposto (UA/ha) | Variação (%) |
|--------------------|----------------------|-------------------------|--------------|
| Alta Floresta – MT | 0,46                 | 0,95                    | 106,52       |
| Dourados – MS      | 0,8                  | 0,95                    | 18,75        |
| Bagé – RS          | 0,8                  | 0,95                    | 18,75        |
| Uberaba – MG       | 0,8                  | 0,84                    | 5,00         |
| Araçatuba – SP     | 1,2                  | 1,15                    | -4,17        |
| Umuarama – PR      | 1,2                  | 1,15                    | -4,17        |
| Xinguara – PA      | 0,23                 | 0,84                    | 265,22       |

UA – Unidade Animal: Nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste corresponde a 1,0 vaca ou boi de 3 anos ou mais, a 0,92 na Região Norte e 0,83 na Região Nordeste. Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

parâmetros em vigor foram estabelecidos numa época em que a agricultura era medida somente com base no fator terra, ignorando a rentabilidade e a eficiência da exploração agrícola”, disse Stephanes.

Para ele, os índices atuais não refletem a realidade da agricultura brasileira, que propõe uma reavaliação da metodologia, começando pelos fatores que devem compor o cálculo do índice de produtividade.

Não é assim que se calcula um índice de produtividade”, reclama Cesário Ramalho, presidente da Sociedade Rural Brasileira. “Este momento é completamente inoportuno para debater a questão. A agricultura está em crise, e nós temos um sério problema a equacionar: a questão ambiental”, disse Ramalho. “Eu, como produtor, tenho direito de aumentar ou diminuir a produção da minha fazenda”, diz o presidente da SRB. ■

#### Brasil: situação dos municípios

|                | Permanecem os índices vigentes | Índice menor ou igual a média histórica | Índice maior que a média histórica |
|----------------|--------------------------------|---|------------------------------------|
| Soja           | 3.679 (66%)                    | 1.516 (27%)                             | 369 (7%)                           |
| Milho          | 1.733 (31%)                    | 3.191 (57%)                             | 640 (12%)                          |
| Cana-de-açúcar | 4.883 (88%)                    | 535 (10%)                               | 146 (3%)                           |

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

#### Recomendação para as políticas públicas

De acordo com os números apresentados, os índices propostos para a agricultura podem ser considerados razoáveis quando comparados às produtividades da última safra 2006/07. No entanto, do ponto de vista técnico, a medida econômica deve orientar a atividade empresarial no campo. Para deixar o assunto mais claro, se for utilizada uma tonelada de adubo por metro quadrado, tanto a produtividade como o prejuízo serão excepcionais.

O índice de produtividade, ainda se fosse revisado, não seria suficiente. Seria preciso evoluir para uma medida de rentabilidade. O empreendimento empresarial não pode ser confundido com a exploração de subsistência. A discussão sobre o tema da reforma agrária precisa ser feita sem paixão e com modernidade.

## Cooperativismo. Este é o nosso campo.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) está presente em todos os 26 estados e no Distrito Federal. Sua missão é ser referencial do cooperativismo brasileiro, estimulando sua participação socioeconômica. O Ramo Agropecuário reúne cerca de 969 mil associados e gera em torno de 134 mil empregos diretos.





## PRÓS E CONTRAS

ELISEU ALVES

### “Índice não deve refletir apenas terra e trabalho”

O Índice de Produtividade Rural precisa se adequar às técnicas modernas de produção, não considerando apenas as características da agricultura tradicional, baseada no conceito de terra e trabalho.

A produtividade da terra reflete a produtividade econômica.

Hoje se usa um trabalho muito mais sofisticado, levando-se em conta conceitos modernos, como fertilizantes e computadores, por exemplo. Evidentemente que, nesta nova realidade, a terra e o trabalho perderam a capacidade de explicar o índice de produtividade.

Mudanças no índice de produtividade devem incluir fatores que levem em conta o custo da produção, para que os custos totais sejam cobertos e ainda se obtenha recursos para investimentos.

Se uma propriedade não vende seus produtos por um preço capaz de fazer face ao custo total está fadada ao fracasso. Uma propriedade bem administrada é aquela que paga todos os fatores de produção e ainda tem sobra para investir.

O índice de produtividade rural deve ter base na renda líquida da propriedade. É importante que o produtor tenha uma renda líquida positiva para que ele cumpra sua missão. E isso é resultado da diferença entre o que foi obtido com a venda do produto e o custo total empregado.

\*Engenheiro agrônomo e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

KÁTIA ABREU

### “Mudança traz insegurança jurídica”

A mudança dos índices poderá trazer insegurança jurídica a mais de 500 mil famílias. Mais uma vez, o MST sai do Palácio do Planalto vangloriando-se de uma ligação com o presidente da República, de um compromisso de campanha que todos nós desconhecíamos, dizendo que os índices de produtividade mudariam dali a 15 dias.

Não se impõem índices de produtividades a bancos, ao comércio e à indústria. Se houvesse, muita coisa iria ser desapropriada neste país. Por conta da crise, praticamente toda a indústria nacional está hoje produzindo abaixo de sua capacidade máxima, abaixo dos índices máximos. Por que nós, do setor rural, também não podemos diminuir nossa produção e a área plantada? Esta mudança cria instabilidade no campo, uma vez que os novos índices medem fatores físicos e avaliam apenas a quantidade de grãos produzida, a quantidade de cabeças por hectare e o tamanho da terra. Eles não levam em consideração o crédito, juros, mão de obra, o custo de oportunidade da terra, a tecnologia e o mercado.

\* Senadora (DEM-TO) e presidente da Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil (CNA).

FREI BETTO

### “Latifúndios não atingem os índices mínimos”

O latifúndio não suporta ouvir falar disso. Os ruralistas mobilizam cerca de 200 parlamentares para que não se toque no assunto, e ameaçam boicotar o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Por quê? A atualização traria a lume o número de propriedades que não alcançam os parâmetros de eficiência e produtividade, ou seja, os latifúndios que não atingem os índices mínimos do Grau de Utilização da Terra (GUT) e do Grau de Eficiência da Exploração (GEE).

Não bastariam os números para determinar a desapropriação. Esta dependeria de vistoria do Poder Público. Para a CNA, o produtor é quem deve decidir sobre o quê, quando e quanto plantar diante dos fatores de produção. Ora, isso fere o preceito constitucional de função social da terra. E seria o mesmo que chamar a raposa para tomar conta do galinheiro.

As terras cultiváveis do Brasil estão em mãos de 5 milhões de proprietários. Quase metade (49%) sob a posse de apenas 26 mil proprietários. Gente que possui amplas extensões de terra com baixo índice de produtividade – o que tornaria suas fazendas expropriáveis para a reforma agrária.

\* Escritor.

## PRÓS E CONTRAS

DÉCIO ZYLBERSZTJAN

### “Assentados serão os primeiros a perder a terra”

A proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de revisão de índices de produtividade para fins de reforma agrária não se sustenta do ponto de vista técnico, econômico e ideológico.

Se as regras forem cumpridas a ferro e fogo, os assentados da reforma agrária serão os primeiros a perder suas terras. O ministro Stephanes está acuado. Sob a ótica econômica, nada justifica uma medida como esta. Uma empresa pode manter capital ocioso quando os preços não justificam a ocupação plena do capital. Por que o agricultor não pode fazer isso, e outros setores podem?

O plantio não depende do nível de preço que o produtor espera obter. Dependendo dos preços, ele será incentivado a usar mais ou menos insumos. Se os novos índices forem aprovados, com certeza haverá uma avalanche de questionamentos na Justiça.

\*Engenheiro agrônomo, professor da FEA-USP e presidente do Pensa-USP.

DOM LADISLAU BIERNASKI

### “Agropecuária brasileira cresceu 5,59% em média”

Ao assinar esta atualização, atrasada há mais de 30 anos, o presidente Lula estará simplesmente cumprindo a Lei Agrária 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que, no Artigo 11 determina o seguinte: “Os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional”.

O estudo Fontes e Crescimento da Agricultura Brasileira, divulgado em julho de 2009 pelo próprio Ministério da Agricultura, revela que de 1975 a 2008 a taxa de crescimento do produto agropecuário foi de 3,68 % ao ano.

No período de 2000 a 2008, o crescimento foi de 5,59% como média anual. Em 1975 produziam-se 10,8 quilos de carne bovina por hectare; hoje são 38,6 quilos; a produção de leite por hectare multiplicou-se por 3,6 e a de carne e aves saltou de 372,7 mil toneladas em 1975, para 10.18 milhões em 2008.”

\* Presidente da Comissão Pastoral da Terra.

JOÃO SAMPAIO

### “Reforma agrária é ideológica e rancorosa”

É preciso mudar o modelo de reforma agrária no Brasil “O modelo atual é ideológico e rancoroso, completamente inadequado à modernidade do agronegócio brasileiro. Veja o caso dos índices: eles foram estabelecidos em 1992, quando a realidade da agricultura brasileira era outra. Naquela época, o Brasil importava muito e exportava pouco alimento. A concepção do agronegócio era diferente da atual.

No caso do confinamento, por exemplo, em 1992, esta atividade era incipiente no Brasil. Hoje, o confinamento é muito difundido na pecuária. Durante quatro meses por ano, os pastos ficam vazios, porque os animais estão confinados em usinas de cana, por exemplo. Como ficam os índices neste caso? Os pecuaristas serão punidos por serem eficientes?

\*Economista e secretário da Agricultura do Estado de São Paulo.



LUIZ LOURENÇO

### “Produtor rural está sendo desafiado”

O produtor brasileiro não precisa que o governo estabeleça patamares de produtividade. Cada vez mais com mentalidade empresarial, ele trabalha para que isto aconteça gradativamente, com a incorporação de novas tecnologias, por exemplo. E é descabido que o governo esteja fazendo isto após ser pressionado pelo MST. O produtor rural vem sendo colocado diante de grandes desafios, praticamente tudo ao mesmo tempo. A questão ambiental é um desses desafios. Se tiver que averbar 20% de suas terras para reserva legal (e o prazo vai até o dia 17 de dezembro deste ano), isto vai inviabilizar economicamente um grande número de pequenas propriedades.

Nos estados do Sul, nos últimos anos, o produtor teve dificuldades para produzir devido à inconstância do clima, hora com longas estiagens, geadas e mesmo chuvas em excesso. E há também o endividamento do campo, que atinge níveis sufocantes”

\*Presidente da Cocamar.

ROBERTO RODRIGUES

### “Não faz mais sentido usar um índice, arbitrado burocraticamente, como limite para a atividade rural”

Os índices de produtividade foram criados num tempo – no século passado – em que a agricultura brasileira não era um “continente”: era um “arquipélago” onde havia “ilhas” de excelência tecnológica e gerencial convivendo com outras atrasadas e até ineficientes.

Sequer havia, àquele tempo, os resultados dos trabalhos da Embrapa, que impulsionaram o padrão técnico do setor rural de maneira uniforme e espetacular.

De outro lado, os planos de estabilização da economia “expulsaram” os produtores ineficientes, e até os eficientes foram surpreendidos com dívidas.

Tudo isso levou, em geral, a um produtor atual moderno e competitivo, eficiente e empreendedor. As exceções vão sendo excluídas pelo próprio mercado: quem produz pouco não paga a conta e é obrigado a vender suas terras.

Por isso, não faz mais sentido usar um índice, arbitrado burocraticamente, como limite para a atividade rural. Já fez sentido, mas não é mais necessário, na economia globalizada, nos mercados liberados e com a inflação domada. Portanto, o que se discute não é a reforma dos números (índice), mas o conceito.

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal.

